Editorial

Caro Leitor,

Este é o Número 1 do Volume 4 (2010) da **RIC – Revista de Informação Contábil**. Temos uma excelente notícia! A RIC recebeu o conceito B4 no Qualis-CAPES. Isso é o resultado do trabalho sério de todos nós, editores, conselho editorial, avaliadores de artigos e, principalmente, dos autores, que produziram bons artigos, trazendo conhecimento novo à comunidade acadêmica e aos produtores e utilizadores da informação contábil. Parabéns a todos! Estejam certos de que nós continuaremos nesse caminho, aperfeiçoando cada vez mais a RIC para, em futuro próximo, recebermos uma avaliação ainda melhor da CAPES.

Mais uma adição ao nosso conselho editorial. O Prof. **Pierre Lucena Raboni** aceitou nosso convite e vem trazer seus conhecimentos de economia e de finanças para melhorar ainda mais o nível das revisões dos artigos submetidos à RIC e para colaborar nas atividades de editoria da RIC. Ele é Professor do Departamento de Administração da UFPE e é editor do blog Acerto de Contas.

Este número traz seis artigos, com variados temas, produzidos por pesquisadores de diferentes instituições e regiões do País. O primeiro artigo, **Atendimento às Normas na Reavaliação de Ativos Imobilizados e nos Pareceres Emitidos por Auditoria Independente**, de autoria de Ildefonso Assing, Renato Vieira de Avila, e Luiz Alberton, investiga o atendimento às normas contábeis na reavaliação de ativos imobilizados e nos pareceres emitidos por auditoria independente. O estudo utilizou a análise de conteúdo, sendo que ela teve caráter descritivo, em que os dados pesquisados e sistematizados foram analisados na perspectiva qualitativa. A pesquisa revela que das 231 empresas listadas, 118 reavaliaram seus ativos (51%). A norma da periodicidade determina que a reavaliação deve ser refeita, no mínimo, de 4 em 4 anos a partir do momento em que a empresa opta por realizar a primeira evidenciação da reavaliação. Apenas uma empresa cumpriu todas as normas estudadas, logo, apenas esta empresa poderia ter recebido o parecer de auditoria sem ressalva.

O segundo artigo, **AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO COM O CUSTO DA DÍVIDA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS UTILIZANDO ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA**, de Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Iran Siqueira Lima, Antonio Carlos Dias Coelho, e Luiz Paulo Lopes Fávero investiga a relação entre o nível de evidenciação voluntária e o custo de capital de terceiros nas empresas de capital aberto. Os autores criaram um indicador do nível de evidenciação das informações contábeis para se comparar com o custo de capital de terceiros pesquisado, o qual contou com 53 quesitos. Foram pesquisadas 23 companhias abertas no período de 2000 a 2004, para o nível de *evidenciação*, e de 2001 a 2005, para o custo de capital de terceiros. A pesquisa revelou que o nível de evidenciação voluntária possui relação inversa com o

i

custo de capital de terceiros, ou seja, quanto maior o nível de *disclosure*, menor o custo de capital de terceiros.

O terceiro artigo, **A RELEVÂNCIA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O USUÁRIO DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO EXPERIMENTAL**, de César Augusto Tibúrcio Silva e Marília Gualberto Rodrigues, investiga a relevância do Relatório de Administração (RA) para a avaliação do desempenho das empresas. O estudo emprega uma metodologia experimental para uma empresa específica, com metade da amostra analisando o desempenho da empresa, tendo à disposição o RA e a outra metade fazendo o mesmo, mas sem esta informação. O estudo revela que a presença do RA influenciou a percepção dos respondentes quanto à capacidade da empresa em saldar suas dívidas e quanto à sua competitividade no mercado. Mas não impactou com a mesma intensidade a decisão de investimento.

O quarto artigo, **ASSUNTOS DE AUDITORIA PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE LISTADOS NO QUALIS CAPES**, escrito por Paulo Roberto da Cunha, Débora Christiane Correa, e Ilse Maria Beuren, objetiva identificar os assuntos pesquisados na área de auditoria publicados nos periódicos nacionais e internacionais de contabilidade listados no Qualis CAPES. A pesquisa considerou periódicos nacionais de contabilidade do período 2005-2008, e periódicos internacionais do período 2005-2007. A pesquisa revela que os assuntos mais pesquisados na área de auditoria são: amostragem na auditoria, auditores internos, auditoria interna, controle interno, gestão de conhecimentos dos auditores, normas de auditoria, profissão de auditoria, testes de observância e testes substantivos. Conclui-se que os assuntos de auditoria publicados em periódicos no Brasil e do Exterior são distintos.

O quinto artigo, de autoria do Prof. Antonio Loipo Martinez, **Quando o Conselho de Administração e a Auditoria Evitam o Gerenciamento de Resultados? Evidências Empíricas para Empresas Brasileiras**, testa se as boas práticas de governança corporativa minimizam o gerenciamento de resultados (earnings management). Para referência de boas práticas de governança corporativa, o estudo considerou as sugestões constantes nas Cartilhas da CVM e do IBGC. Como proxy empírica para gerenciamento de resultados estimaram-se as acumulações discricionárias (discretionary accruals). A pesquisa teve como fonte de dados o sistema Economatica e o Relatório sobre Conselhos de Administração da Spencer Stuart. Os resultados indicaram que a tolerância para gerenciamento de resultados pode ser explicada pelo perfil do Conselho de Administração. Adicionalmente, os testes indicaram uma maior permissividade das empresas de auditoria nacionais a essa prática, do que seus pares de origem internacional.

O sexto e último artigo, **ASPECTOS TRIBUTÁRIOS NOS CONSÓRCIOS EMPRESARIAIS**, de Adriana Nunes, Jerônimo Antunes, e Guilherme Marinovic Brscan Antunes investiga os impactos tributários resultantes da criação de consórcios de empresas para a execução de grandes projetos, tais como usinas hidrelétricas, estradas ferroviárias, e metrô. O estudo foca nos conflitos de natureza contábil e fiscal que as

determinações da legislação tributária provocam nas empresas consorciadas e nos consórcios empresariais e propõe alternativas para eliminar, ou, ao menos, mitigar seus efeitos nas entidades econômicas que atuam ou participam desta forma de empreendimento.

Luiz Carlos Miranda, Ph.D.

Editor